



Mês da Consciência Negra no IFSC Araranguá: memória, cultura e resistências

Nayara Nunes Salbego | nayara.salbego@ifsc.edu.br¹
Emerson Cardoso Nascimento | emerson.cardoso@ifsc.edu.br²
Karla Goularte da Silva Grundler | karla.grundler@ifsc.edu.br³
William Moreno Boenavides | william.boenavides@ifsc.edu.br⁴
Beatriz Alves dos Santos Pedroso | beatriz.a20@aluno.ifsc.edu.br⁵

PROEX 25 - Didascálico 2025
Trabalho de Extensão

DT 3 - Educação, Cidadania, Desenvolvimento Social e Práticas Inclusivas

Resumo:

Este trabalho apresenta os resultados do projeto de extensão “Mês da Consciência Negra no IFSC Araranguá: Memória, Cultura e Resistências”, desenvolvido entre outubro e dezembro de 2025, com foco na promoção da educação antirracista e na valorização da cultura afro-brasileira no contexto institucional e comunitário. O objetivo foi fomentar o letramento racial e fortalecer o diálogo entre o câmpus e a comunidade externa, articulando ensino, pesquisa e extensão. A metodologia adotada baseou-se na realização de ações interdisciplinares e participativas, incluindo cine-debates, exposições presenciais e virtuais, produção de podcasts, rodas de conversa, oficinas e a oferta do curso de extensão “Leituras Introdutórias do Pensamento Negro”, envolvendo estudantes, servidores, artistas, coletivos regionais, escolas públicas e comunidades tradicionais, com destaque para o Quilombo Maria Rosalina. As atividades priorizaram o protagonismo discente, a mediação cultural e a construção coletiva do conhecimento. Como resultados, o projeto promoveu o fortalecimento do letramento racial institucional, a valorização das identidades negras locais e a ampliação das ações culturais no câmpus. Conclui-se que a iniciativa contribuiu para consolidar o IFSC como espaço de memória, resistência e transformação social, evidenciando o potencial da extensão na promoção da equidade racial e no engajamento comunitário.

Palavras-chave: educação antirracista; letramento racial; protagonismo discente.

Introdução

A promoção da educação antirracista e da valorização da cultura afro-brasileira constitui uma demanda constante no contexto educacional brasileiro, diante das desigualdades raciais historicamente estruturadas. Nesse cenário, a Lei nº 10.639/2003

¹ Servidora - Professora de Língua Inglesa, Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus Araranguá.

² Servidora - Professora de Língua Portuguesa, Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus Araranguá.

³ Servidor - Professor de Arte, Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus Araranguá.

⁴ Servidor - Professor de Língua Portuguesa, Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus Araranguá.

⁵ Estudante do curso Técnico Integrado em Produção de Moda, Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus Araranguá.

representa um marco ao tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, reforçando o papel das instituições educativas na construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade e com o reconhecimento das contribuições da população negra. Contudo, entre a criação da lei e sua efetiva implementação ainda persistem obstáculos como práticas discriminatórias, currículos eurocentrados e materiais didáticos insuficientes (Domingues, 2025).

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão amplia esse compromisso ao promover ações que ultrapassam a sala de aula e se conectam às realidades sociais e culturais. Na região da AMESC (Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense), destacam-se iniciativas comunitárias voltadas à valorização da cultura negra, desenvolvidas por coletivos, artistas e instituições locais, evidenciando a necessidade de fortalecer o diálogo entre saberes acadêmicos e populares, especialmente no que se refere às vivências de comunidades quilombolas.

Fundamentação teórica e descrição do público envolvido

O presente trabalho fundamenta-se em perspectivas que compreendem o racismo como elemento estruturante das relações sociais no Brasil, exigindo ações educativas voltadas à equidade racial. Moura (2019) aponta que as desigualdades raciais são historicamente produzidas por estruturas excludentes, enquanto Ribeiro (2019) destaca a necessidade de práticas antirracistas com posicionamento crítico e ações concretas. Nessa direção, Gonzalez (2020) evidencia as interseccionalidades entre raça, gênero e classe, e Fanon (2022) ressalta a centralidade da cultura, identidade e consciência histórica nos processos de emancipação. Hooks (2019), por sua vez, compreende a representação como campo de disputa simbólica que impacta identidade, pertencimento e resistência.

No campo das políticas públicas, o trabalho dialoga com as Leis nº 10.639/2003, nº 11.645/2008 e nº 12.519/2011, que reforçam a obrigatoriedade e a relevância do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. Institucionalmente, alinha-se à Política de Ações Afirmativas do IFSC (Resolução CONSUP nº 61/2016) e ao Plano de Desenvolvimento Institucional (2025–2029), além de se articular aos princípios da Agenda



2030 da Organização das Nações Unidas (2015), especialmente quanto à educação de qualidade e à redução das desigualdades.

No contexto de atuação, a região de Araranguá apresenta dinâmicas socioculturais marcadas pela presença de comunidades negras e iniciativas culturais locais, reforçando a importância de ações voltadas à valorização da memória e da cultura afro-brasileira. O projeto articulou estudantes e servidores do IFSC, artistas, coletivos culturais, escolas públicas e comunidades tradicionais, com destaque para a comunidade quilombola Maria Rosalina, participante ativa desde a concepção até a execução das ações.

Procedimentos metodológicos

O desenvolvimento do projeto foi estruturado em quatro fases complementares, envolvendo estudantes bolsistas e voluntários, servidores, agentes culturais, escolas públicas e comunidade quilombola da região.

Inicialmente, realizou-se a curadoria das ações, com reuniões entre a equipe e parceiros para definição da programação, mapeamento de agentes culturais, formação dos estudantes em mediação cultural, ética e documentação, além da aplicação de questionário diagnóstico online. Em seguida, ocorreu o estudo de textos teóricos e produções audiovisuais, culminando na sistematização das discussões em diálogo com a educação profissional e tecnológica.

Na terceira fase, foi realizada a Mostra Cultural Consciência Negra, com atividades como sarau, exibição de documentário com debate, rodas de conversa, apresentações estudantis, painel interinstitucional e ações externas, como visitas à comunidade quilombola Maria Rosalina. Por fim, a quarta fase abrangeu a sistematização e difusão dos resultados, incluindo avaliação coletiva, organização de dados e elaboração de relatório final com proposições de continuidade.

O acompanhamento e a avaliação ocorreram de forma contínua, por meio de questionários pré e pós-atividade, registros de participação, roteiros de observação e indicadores digitais. A análise considerou aspectos quantitativos e qualitativos, possibilitando avaliar o alcance, o engajamento e os impactos formativos das ações.

Resultados e discussões



Foram realizadas atividades como exposições presenciais e virtuais, cine-debates, palestras, produção de podcast e um curso de extensão, envolvendo estudantes, servidores, comunidade externa e representantes de comunidades quilombolas. Destacaram-se a exibição e debate do documentário sobre a comunidade quilombola Maria Rosalina, o cine-debate do filme Malcolm X, as apresentações interdisciplinares e a exposição temática sobre racismo, que estimularam reflexões críticas acerca de memória, direitos sociais e desigualdades raciais.

A Mostra Cultural constituiu-se como um dos principais momentos do projeto, reunindo atividades artísticas, pedagógicas e formativas que favoreceram a participação ativa do público, em consonância com a valorização da Consciência Negra instituída pela Lei nº 12.519/2011. As ações externas, como o diálogo com comunidades quilombolas e instituições sociais, reforçaram o caráter extensionista da proposta, ampliando seu alcance e fortalecendo vínculos com o território.

No que se refere ao protagonismo discente, observou-se que os estudantes desempenharam papel central na mediação das atividades, na curadoria das ações, na produção de registros e na divulgação do projeto, especialmente por meio do podcast e das redes sociais. Essas experiências contribuíram para o desenvolvimento de competências como comunicação, pensamento crítico e participação social, aproximando-se das reflexões de Gonzalez (2020) sobre a valorização de vozes historicamente marginalizadas nos processos educativos.

Em termos qualitativos, os objetivos propostos incluíram o envolvimento de agentes culturais, a realização de atividades formativas e a articulação com a comunidade externa. Ainda que algumas ações tenham sido adaptadas em função de limitações institucionais, o projeto promoveu reflexões significativas sobre racismo estrutural, em diálogo com análises de Moura (2019), e contribuiu para o fortalecimento do letramento racial dos participantes. Além disso, a sistematização dos dados possibilitou a construção de subsídios para a continuidade da proposta em edições futuras.

Dessa forma, os resultados indicaram que a integração entre práticas culturais, educativas e extensionistas potencializou o impacto social do projeto, reafirmando o papel da instituição na promoção da equidade racial, na valorização da diversidade cultural e na



construção de espaços de resistência e transformação social, em consonância com princípios mais amplos de desenvolvimento social e educacional.

Considerações finais

As ações desenvolvidas evidenciaram o potencial da extensão como espaço de articulação entre saberes acadêmicos e experiências comunitárias, contribuindo para a formação crítica dos estudantes e para a valorização das identidades e memórias negras no contexto local. Além disso, o projeto consolidou práticas pedagógicas e culturais alinhadas às diretrizes institucionais e às políticas de promoção da igualdade racial, reforçando o papel social da instituição.

O projeto demonstrou relevância acadêmica e social ao promover reflexões críticas sobre o racismo, valorizar a cultura afro-brasileira e fortalecer vínculos entre instituição e comunidade. A sistematização das experiências e dos resultados obtidos oferece subsídios para a continuidade e ampliação da iniciativa em futuras edições, contribuindo para a consolidação de práticas educativas comprometidas com a equidade racial e a transformação social.

Referência ao fomento recebido

Edital PROEX n.º 25/2025 - Didascálico

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011**. Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 11 nov. 2011.



DOMINGUES, Petrônio. **A Lei 10.639/03 e o ensino de história e cultura afro-brasileira.** *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 55, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980531411162>. Acesso em: 24 abr. 2026.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representação.** São Paulo: Elefante, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2025–2029.** Florianópolis: IFSC, 2025. Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/documents/d/documentos-norteadores/pdi_2025-2029_v4-pdf. Acesso em: 27 abr. 2026.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro.** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.** Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2026.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.